



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0008153-17.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1680/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1283/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 220/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **MAURA APARECIDA DOS SANTOS**

Réu Preso

Aos 04 de outubro de 2016, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como da ré **MAURA APARECIDA DOS SANTOS**, devidamente escoltada, acompanhada do Defensor Público, Dr. Lucas Abrantes Pinheiro. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Clayton Regis de Oliveira e a testemunha de acusação Mario Leandro de Almeida, em termos apartados. As partes desistiram da oitiva da testemunha de acusação Weliton Soares Dantas. O MM. Juiz homologou a desistência e passou a interrogar a ré, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ré foi denunciada por roubo impróprio como incurso na sanção do art. 157, § 1º e 2º, I, do C.P., uma vez que na ocasião, após ter subtraído algumas mercadorias, foi perseguida pelo gerente do supermercado e, visando garantir a detenção dos bens, reagiu com uma faca e entrou em luta com a vítima, que ficou lesionada. A ação penal é totalmente procedente. Consta que o gerente viu pelas câmeras a atitude da ré ainda dentro do supermercado, de modo que procurou segui-la tão logo ela saiu do estabelecimento com os produtos, encontrando-a na calçada; consta que a ré fugiu e foi alcançada alguns metros depois. Segundo a vítima, ela procurou recuperar os bens, mas a acusada recusou e sacou de uma faca; com a ajuda de outra pessoa ela foi dominada e presa. Alguns pontos devem ser destacados. O primeiro é que a conduta da ré, de fato se amolda ao tipo penal do art. 157 § 1º, uma vez que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

após ter subtraído os bens, usou de grave ameaça e violência, fazendo uso de uma faca. Segundo o entendimento do STJ, o roubo impróprio não admite tentativa, de modo que deve ser reconhecido o crime na forma consumada. Por outro lado, é bom enfatizar que a figura do roubo impróprio não é incompatível com a nova orientação jurisprudencial que se tem sobre o momento consumativo do furto, segundo o qual, consuma-se com a posse do bem, mesmo que por pouco tempo. Primeiro, porque o fato se amolda ao tipo do roubo impróprio, o qual prevê que ameaça e violência devem ocorrer após a subtração. Segundo porque doutrinariamente a figura do roubo impróprio se amolda seguramente ao que a doutrina chama de progressão criminosa. Segundo os ensinamentos de Damásio e de Jesus “Há progressão criminosa quando um tipo, já realizado, ainda se concretiza através da prática sucessiva de outra figura em que se encontra implicada”. (Direito Penal Parte Geral. Pág. 116/117). É precisamente este o caso dos autos, uma vez que após a subtração das mercadorias e logo em seguida a ré usou de violência e grave ameaça para garantir a detenção. Um outro ponto que precisa ser destacado é de que, embora eventualmente as lesões sofridas pela vítima possam não ter sido causadas com o uso da faca, o certo é que o simples uso da faca, tentando golpear a vítima, como esta falou, por si só, independentemente de ter ou não esse instrumento lesionado efetivamente, já satisfaz a elementar de grave ameaça com uso de arma, conforme prevê o tipo do art. 157 e seus §§ 1º e 2º. Assim, sob todos os ângulos analisados, chega-se à conclusão de que ocorreu mesmo roubo impróprio com uso de arma, que no caso é a faca indicada e fotografada nos autos, cuja potencialidade lesiva não pode ser negada. Isto posto, requeiro a condenação da ré nos termos da denúncia. Como é primária, poderá receber pena mínima. Em razão da gravidade do fato o regime não poderá ser o aberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Não existe progressão criminosa após o exaurimento. Roubo próprio e roubo impróprio diferenciam-se quanto ao momento de emprego da violência. No primeiro, a violência antecede a subtração e no segundo a violência vem depois. Num e noutro caso é preciso que a subtração esteja em curso antes da efetiva consumação. A jurisprudência deve ser mantida íntegra, coerente e estável. A Tese 934 do STJ, fixada no Resp. 1.524.450 diz que: “Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada”. Nesse sentido, está a prova colhida em juízo. A ré teve a posse de fato por breve espaço, quando saiu da loja e ainda quando correu do representante da empresa. O precedente é obrigatório na forma do art. 927 do CPC. Consumada a subtração sem violência ou grave ameaça caracterizou-se em primeiro lugar o crime de furto. Se violência houve, essa deu-se em contexto diverso e m desígnio autônomo, fora da aludida hipótese de progressão criminosa. Assim, em tese teria havido concurso material de furto com a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

lesão corporal. Ocorre que o segundo delito não pode ser reconhecido porque a prova nesse aspecto é controversa e insuficiente para a condenação. A ré negou a agressão com faca, fato descrito na denúncia, ao passo em que a suposta vítima disse que foi esfaqueada no braço ainda que com pouca gravidade. Ocorre que o laudo a que foi submetida a vítima descreve lesões provocadas por agente contundente e não cortante ou perfuro-cortante. A versão da vítima destoa do laudo pericial e indica que a verdade está sendo dita pela ré no sentido de que foi agredida, o que ademais é confirmado pelo policial que narrou ter levado a ré ao pronto atendimento em razão de queixa de dor de cabeça. Não pode ser acolhida a alegação ministerial de suficiência de uma grave ameaça não demonstrada. A acusação trabalhou desde a denúncia com a hipótese de violência, declinar da violência e pedir a suficiência da grave ameaça nega a prova produzida em juízo frontalmente e ainda viola a correlação, até porque não houve mutatio libeli. Assim a defesa requer, considerando a própria confissão da ré, a desclassificação para o furto simples, único delito formalmente praticado. Atingida essa conclusão, será de rigor o reconhecimento na etapa seguinte da atipicidade material, absolvendo-se a ré com base no princípio da insignificância. Mantida a condenação do furto simples, deverá o Ministério Público manifestar-se sobre o cabimento de suspensão condicional do processo. Fica de toda forma antecipado o pleito de pena mínima e demais benefícios legais. O regime deverá ser o aberto, ainda que julgado procedente o pedido Ministerial já que a pretensão de regime mais grave, veiculada no debate, ampara-se apenas na gravidade abstrata violando-se as Súmulas 440 do STJ e 718 e 719 do STF. Por fim, requer-se a concessão do direito de recorrer em liberdade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MAURA APARECIDA DOS SANTOS**, RG 33.136.642, qualificado nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 157, § 1º, c.c. § 2º, inciso I, ambos do Código Penal, porque no dia 10 de agosto de 2016, por volta das 12h20min, na Rua Antônio Botelho, nº 483, Bela Vista, nesta cidade e comarca, logo depois de subtrair um creme para cabelos da marca Dove e um conjunto de shampoo/condicionador da marca Tresemmé, avaliados globalmente em R\$ 40,00, do interior do Supermercado Jaú Serve Ltda., situado no endereço acima mencionado, empregou violência e grave ameaça contra vítima Clayton Regis de Oliveira, mediante o uso de uma faca, a fim de assegurar a impunidade do crime, bem como a detenção da res para si. Consoante o apurado, a denunciada decidiu saquear patrimônio alheio. Ato contínuo, tratou de adentrar o estabelecimento em comento, pelo que, ao se apoderar dos produtos acima descritos, partiu em fuga a seguir. E tanto isso é verdade, que alguns clientes da loja viram MAURA em ação, motivo pelo qual comunicaram o gerente Clayton Regis de Oliveira, que se colocou no seu encalço. Uma vez na rua, o funcionário buscou deter a denunciada, ao que ela, de súbito, visando assegurar a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

detenção da res e a sua impunidade, sacou uma faca de seus pertences, acertando uma de suas mãos, cortando-a. Não obstante, logo a seguir, um motociclista que passava pelo local veio em socorro de Clayton, logrando ele, então, efetivamente dominar MAURA até a chegada da polícia militar, que, ciente dos fatos, deu voz de prisão em flagrante em seu desfavor. A ré foi presa em flagrante sendo a prisão da mesma convertida em prisão preventiva (pg. 38). Recebida a denúncia (pg. 92), a ré foi citada (pgs. 126/127) e respondeu a acusação através do Defensor Público (pgs. 131/132). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e a ré foi interrogada. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a desclassificação do crime de roubo para furto simples, com reconhecimento posterior do princípio da insignificância e a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade restou comprovada pelo auto de prisão em flagrante de fls. 6/7, laudo pericial de fls. 109/110, demais documentos que instruíram o processo e prova oral. A autoria é certa. Ouvida em juízo, a ré confessou ter realizado a subtração dos objetos e negou ter empregado ou ter sido vítima de agressões. A sua versão foi contrariada pelo depoimento prestado pela vítima, que além de confirmar a subtração dos objetos, relatou que a acusada tentou acertá-la com um golpe de faca e que, ao tentar evitar a ação da criminosa, sofreu lesões corporais na mão e no antebraço. Em reforço foi o depoimento prestado pelo policial militar Mário Leandro que confirmou que a vítima apresentava lesões corporais provocadas por faca. Em que pese o laudo pericial de fls. 109/110 ter apontado que a vítima sofreu lesões corporais provocadas por agente contundente, a prova oral indicou que a acusada empregou, além de violência física, grave ameaça contra a vítima. Assim, realmente ocorreu a figura do roubo impróprio, não merecendo acolhimento as judiciosas ponderações da douta Defensoria. No sentido de que se ocorre emprego de arma e violência, gerando lesão corporal na vítima, não há que se cogitar desclassificação do roubo impróprio para simples furto em concurso com lesão corporal, já decidiu o TJSP no julgamento da apelação nº. 0038335-16.2015.8.26.0050, de relatoria do Desembargador Alexandre Almeida. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena à ré. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, a despeito de a ré registrar antecedente, o crime aqui cometido não teve consequência mais séria e houve a recuperação do bem roubado, de forma que delibero estabelecer a pena-base no mínimo legal, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa. Deixo de reconhecer a confissão, por ter sido ela apenas parcial e ter integrado a tese de defesa principal da desclassificação da conduta para furto. Acrescento um terço em razão da causa de aumento de pena pelo emprego de arma,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

resultando a pena em cinco anos e quatro meses de reclusão e 13 dias-multa, que torno definitiva à falta de outras causas modificadoras. Impor pena além da que foi fixada será fazer pouco caso ao princípio da proporcionalidade, além de impor maior ônus ao Estado com a manutenção por mais tempo da ré na prisão. **CONDENO**, pois, **MAURA APARECIDA DOS SANTOS** à pena de **cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão e treze (13) dias-multa**, por ter transgredido o **artigo 157, § 1º c.c. § 2º, inciso I, do Código Penal**. Iniciará o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, devendo ser recomendada na prisão e que se encontra. Deixo de responsabilizá-la pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS**. Eu, \_\_\_\_\_, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré: